

## ANÁPOLIS

Aumento do transporte coletivo gera polêmica



Prefeitura e Câmara resistem a um reajuste que pesaria no bolso dos usuário.

Página 10



ANO 38 - Nº 1.809 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 7 A 13 DE SETEMBRO DE 2025  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

## ELEIÇÕES

# Daniel Vilela assume protagonismo nas entregas do governo e se fortalece para 2026

Apoiado pelo governador Ronaldo Caiado e à frente nas pesquisas, vice-governador intensifica entregas em todo o Estado e busca ampliar capital político

Página 8



## ENTREVISTA

**GUSTAVO MENDANHA (PSD)**

Ex-prefeito de Aparecida

# “Vanderlan é um bom nome para candidato a vice-governador”

Gustavo Mendanha fala sobre sua recente filiação ao PSD, os bastidores políticos envolvendo a eleição presidencial de 2026, seu apoio ao governador Ronaldo Caiado e sua disposição para disputar apenas o Senado Federal; nenhum outro cargo em 2026.

Páginas 4, 5



## ESCOLA

### Secretária de Anápolis detalha ações para reduzir déficit de vagas



Anápolis aposta em salas modulares, formações docentes e programas de leitura.

Página 11

## CEI LIMPA GYN

### Responsáveis vão usar decisões judiciais na defesa



Parecer do TCM e do TJ-GO serão “escudo” de ex-gestores.

Página 9

## POLÍTICA AFIRMATIVA

### Projeto reduz prazo de implementação de cotas raciais



Texto propõe reduzir de 180 para 120 dias o prazo de vigência da norma, depois de ação movida pelo Ministério Público.

Página 7

## HERIVELTO NUNES

### Clubes perdem dinheiro jogando em seus estádios

Divulgação



No Serra Dourada fomos grandes, hoje o futebol goiano é de série B.

Página 12

## EDITORIAL

# Tortura não é entretenimento

Há limites que a comunicação pública jamais deveria ultrapassar. Ao anunciar a banca do concurso da Assembleia Legislativa de Goiás com um vídeo em que simula ser torturado, o presidente da Casa, deputado Bruno Peixoto, não apenas errou. Ele banalizou uma das práticas mais brutais e traumáticas da história do Brasil.

Tortura não é piada, não é marketing e, definitivamente, não é uma ferramenta de engajamento. No vídeo, publicado em suas redes sociais, o parlamentar aparece encapuzado, com as mãos amarradas, enquanto é "interrogado" até revelar o nome da Fundação Getúlio Vargas como banca do concurso. A encenação inclui até uma simulação de afogamento, prática real usada por torturadores, em tom de "humor". O deputado afirmou que buscava apenas alcançar mais pessoas e que se inspirou em outro político que usou o mesmo "formato".

Mas há um abismo ético e moral entre criatividade e insensibilidade. No Brasil, a tortura foi política de Estado durante a ditadura militar. Produziu mortes, desaparecimentos e traumas ainda não curados. Vítimas indígenas, operários, estudantes e militantes tiveram suas vidas destruídas em porões onde o Estado negou sua própria Constituição. Mesmo hoje, não se trata de uma ferida do passado apenas: a tortura segue presente, inclusive em instituições oficiais, sempre atingindo os mais pobres, os negros, os silenciados.

Simular esse tipo de violência, ainda mais por uma autoridade pública, é ofender a memória das vítimas, desprezar a dor dos sobreviventes e reforçar a cultura de desumanização. A comunicação de uma casa legislativa deve estar a serviço do interesse público, da ética e do respeito à cidadania e não da busca por curtidas a qualquer custo.

Usar tortura em peça de divulgação pública é não compreender o papel do Estado, da democracia e da responsabilidade com a história do país.

## ARTIGO

## Sociedade e família na jornada da fertilidade: remédio ou veneno?

Nem sempre o desejo de ter um filho se concretiza no tempo ou da forma que se imaginava. Quando as tentativas não resultam em gravidez, o impacto não se limita aos tratamentos: saúde física e mental, relacionamentos, autoimagem e vínculos familiares são colocados à prova. Esse peso se torna ainda maior porque, culturalmente, a infertilidade continua sendo vista como um problema do corpo feminino. Essa percepção distorcida direciona o olhar para as mulheres e concentra nelas a maior parte da responsabilidade emocional, clínica e simbólica do processo.

Em cerca de 40% dos casos, a infertilidade decorre de fatores

masculinos. Ainda assim, as mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras a serem investigadas, medicadas, examinadas e cobradas. A pressão se acumula dia após dia, e o sofrimento se deposita não apenas em seus corpos, mas também em seus pensamentos.

Isso não significa que os homens não sofram. Eles sofrem, muitas vezes, calados; e, por falta de espaço ou por exigência cultural, tendem a internalizar suas angústias. Mas, mesmo quando o sofrimento está presente dos dois lados, a resposta social à infertilidade é desigual: enquanto os homens são poupados de perguntas e julgamentos, as mulheres seguem como

principais alvos da cobrança. Espera-se que estejam disponíveis, resilientes e preparadas. E, quando a pressão vem mascarada de conselhos que nada acrescentam, é a saúde mental feminina que sente o impacto primeiro.

No espaço familiar, onde se esperaria proteção, surgem cobranças veladas. Perguntas sobre "quando virão os netos", comparações com outras gestações e sugestões genéricas sobre fé ou paciência contribuem para uma sensação de inadequação que adoce. Ainda que muitas dessas falas partam do desejo de ajudar, operam a partir do senso comum, ignorando a complexida-

de emocional da infertilidade.

É preciso romper esse ciclo. O sofrimento psíquico de quem tenta engravidar não pode seguir sendo deslegitimado. Cada tentativa frustrada representa uma perda real, e o luto não é menor só porque não pode ser visto. A família pode ser parte do problema, mas também da solução. Validar as emoções, respeitar o tempo e o processo alheios e evitar pressões são formas concretas de cuidado.

Ao fim e ao cabo, vale a máxima: há silêncios que sustentam mais do que mil discursos. Pois, na maior parte das vezes, não é a ausência de palavras que machuca, e sim o excesso delas, ditas para

calar o próprio desconforto. Se não souber o que falar, ofereça um abraço. Ele costuma dizer tudo.

Thalyta Laguna é psicóloga perinatal e pesquisadora na área de saúde reprodutiva. \*Autora de "Muito além do positivo",



Raul Sena é especialista em mercado financeiro, educador de finanças e investimentos, fundador da AUVP Capital e eleito pela Anbima o principal influenciador de finanças do Brasil em 2024



Thalyta Laguna é psicóloga perinatal e pesquisadora na área de saúde reprodutiva. \*Autora de "Muito além do positivo",

## ARTIGO

## Tarifa dos EUA a 50%: risco sistêmico para o Brasil e seu dinheiro

A tarifa de 50% anunciada pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros não é apenas mais uma disputa comercial. É um choque sistêmico que expõe fragilidades estruturais do Brasil e redefine as rotas globais de produção, distribuição e investimentos. Os setores mais atingidos são claros: café, suco de laranja, carne bovina, frango e soja processada.

Mas o que poucos perceberam até agora é que essa tarifa tem potencial de gerar efeitos indiretos tão relevantes quanto os diretos. Por exemplo, há risco de aumento no custo do crédito rural e industrial nos próximos meses, já que bancos e fundos podem reprecificar contratos de financiamento agrícola e linhas de exportação diante da redução de receitas previstas no fluxo de caixa das empresas exportadoras. Também deve haver impacto na logística, com terminais portuários e operadores de transporte rodoviário e ferroviário enfrentando menor demanda para cargas destinadas ao mercado americano — o que pressiona o custo fixo do setor para todas as rotas.

Outro ponto pouco discutido é o risco cambial para pequenas e médias empresas exportadoras. Muitas ainda operam sem hedge (proteção cambial) estruturado. Com a expectativa de menor entrada de dólares no Brasil, o real tende a se desvalorizar, o que, paradoxalmente, pode compensar parte da perda de competitividade, mas apenas para quem tiver capital de giro e contratos flexíveis para absorver a

volatilidade do câmbio e o descasamento de prazos de recebíveis.

E o que fazer diante desse cenário? Para o Brasil, a resposta estratégica passa por três frentes: intensificar acordos comerciais com China, Europa e África, que já compram parte relevante do agro e da indústria nacional; acelerar investimentos em tecnologia de rastreabilidade e certificação sanitária para ampliar acesso a novos mercados; e fortalecer mecanismos de crédito e seguro rural para evitar colapso financeiro de pequenos produtores com menor margem de operação.

Para o investidor brasileiro, o ajuste precisa começar agora. A primeira medida é revisar a exposição em empresas fortemente dependentes dos EUA e avaliar alternativas em companhias exportadoras com operação global mais diversificada. Também é hora de observar fundos de infraestrutura e logística voltados a mercados asiáticos e africanos, que tendem a ganhar força com o redirecionamento de fluxos de exportação.

Outra estratégia pouco discutida até agora é a avaliação de fundos globais com exposição a players concorrentes do Brasil, como Vietnã, Tailândia e Índia, que podem capturar contratos perdidos pelas exportadoras brasileiras, gerando ganhos indiretos para o investidor que estiver posicionado nesses mercados.

Além disso, ativos dolarizados e fundos cambiais voltam a ganhar importância no curto prazo como instrumento de proteção. E, no



Tribuna Política

Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

# Base retoma investida a prefeitos do PL

Divulgação



## Promessa quebrada

Da parte do prefeito Sandro Mabel (UB), houve o compromisso com o PL também em razão do acordo para paralisar o processo de inelegibilidade de definir uma secretaria para o partido. A conversa esfriou e, nos bastidores, tratam como pouco provável que o partido aceite o espaço em contexto da CEI da limpeza urbana. William Veloso foi confirmado relator na reunião desta sexta-feira (5).

## Demóstenes no páreo

Pesquisas internas apontam que Demóstenes Torres é o segundo em preferência de votos entre os liberais. O primeiro é Gustavo Gayer, que pode se tornar inelegível em razão de processo movido por Vanderlan Cardoso no STF, e o terceiro, o deputado Zacharias Calil.

## Carbono oculto e silente

A deputada estadual Bia de Lima (PT) criticou o silêncio dos parlamentares goianos em relação à operação Carbono Oculto, que investiga a participação do PCC em atividades econômicas em vários estados, inclusive em Goiás. Segundo ela, quando o crime envolve grandes, poderosos e políticos "aí é um silêncio, uma tentativa de abafar, ninguém fala nada".

## Usina goiana no esquema

Em Goiás, o esquema envolve 28 postos de gasolina, conforme a investigação do Ministério Público, além da empresa Goiás Bioenergia, inaugurada em junho deste ano no município de Porteirão. As usinas de açúcar e etanol citadas processam, ao todo, 12,75 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo a Goiás Bioenergia responsável por 1,5 milhão de toneladas.

## Investimento estatal

À época da instalação no Estado, o presidente da empresa, Marcio Barbero, afirmou que os incentivos foram fundamentais para escolher Goiás para realizar o investimento. "O governo oferece diversos incentivos que estamos usufruindo, como o Programa Produzir, além de recursos a partir do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste)."

O PL perdeu mais um prefeito eleito em 2024 para a base do governador Ronaldo Caiado. Em uma nova investida da base, o prefeito de São Miguel do Araguaia, Jerônimo Siqueira, oficializou sua filiação ao MDB. Dos 26 prefeitos eleitos em 2024 pelo PL, sete já se renderam ao assédio do Palácio das Esmeraldas, sendo que seis migraram para o UB: Jacó Rotta de Cabeceiras; Dr. Luís Otávio, de Cristalina; Simone Ribeiro, de Formosa; Wivviane Duarte, de Gameleira de Goiás; Tiagão, de Pilar de Goiás; e Dr. Victor, prefeito de Santa Fé de Goiás. A saída desses seis gestores ocorreu após encontros com o

governador Ronaldo Caiado nos dias 10 e 11 de março de 2025. À época, coube a Gracinha Caiado defender uma aliança do PL, e em junho, foi a vez do próprio Ronaldo Caiado anunciar seu interesse na aliança. Essa movimentação esfriou o processo de esvaziamento do PL em Goiás, e o pano de fundo seria o acordo de o PL de não levar a Brasília o processo de inelegibilidade de Caiado e Sandro Mabel. Mas parece que a trégua foi interrompida e a campanha de cooptação de prefeitos retomada. Essas migrações também revelam insatisfação com a liderança do PL em Goiás, sob o comando do senador Wilder Moraes

Divulgação



A ponte entre o PL e a base de Ronaldo Caiado era o vereador Major Vitor Hugo, que foi escanteado no partido. Esta semana ele assumiu a liderança da bancada na Câmara Municipal de Goiânia no lugar de Willian Veloso.

## Quebec na berlinda

Se o transporte coletivo já colocou a Urban na linha de tiro da opinião pública e dos vereadores, outra concessionária também entrou para a pauta das críticas: a Quebec Ambiental, responsável pela limpeza urbana de Anápolis. A empresa tem sido alvo de reclamações constantes por atrasos na coleta de lixo e falhas no cumprimento das rotas. Pressionada, a direção da Quebec se reuniu com a presidente da Câmara, Andreia Rezende (Avante), e apresentou um pacote de medidas que soaram mais como resposta emergencial do que plano de longo prazo. Entre as novidades, a criação de um canal de denúncias para que a população registre falhas e a promessa de um sistema de monitoramento que inclui chip, GPS e câmeras traseiras nos caminhões, permitindo acompanhar em tempo real as rotas e a forma de recolhimento.



### 1 A última

pesquisa de intenção de votos, que colocou Marconi Perillo em segundo lugar, animou o presidente do PSDB, que marcou um evento em Goiânia para comemorar 30 anos de filiação



### 2 O presidente

do diretório municipal do PSDB, Matheus Ribeiro, disse estar afastado das movimentações políticas no momento, dedicando-se exclusivamente ao seu canal jornalismo



### 3 A oposição

também tem dificuldades de união em Goiás. Ribeiro diz que o PSDB lidera a oposição em Goiás e que é improvável uma aliança com o PT nesse campo em razão de o partido também ser oposição à legenda.

## Situação e oposição unidas em Anápolis

Se existe um ponto em comum que une situação e oposição em Anápolis, ele atende pelo nome Urban. A concessionária responsável pelo transporte coletivo tem conseguido algo raro na política: colocar governo e adversários no mesmo lado, ainda que seja no da indignação.

Na semana passada, um episódio chamou atenção. A empresa conseguiu uma liminar que autorizava a passagem a R\$ 8,20. A medida, que depois caiu, soou como provocação em uma cidade que já amarga a tarifa mais cara de Goiás: R\$ 6 no dinheiro e R\$ 5,25 no cartão eletrônico. Para efeito de comparação, em Goiânia e região metropolitana, o valor é de R\$ 4,30.

O prefeito Márcio Corrêa (PL) não hesitou em afirmar que não descarta romper o contrato e buscar uma nova prestadora de serviço. Na Câmara, o coro foi unânime. Oposição e base se alinharam: Domingos Paula (PDT) e Rimet Jules (PT) engrossaram as críticas, Wederson Lopes (União) convocou a Urban para dar explicações e João da Luz (Cidadania) protocolou até pedido de abertura de uma CEI.

## Mais crítica do que parece

O problema, no entanto, vai além da tentativa de aumento da tarifa. A Urban enfrenta também a iminência de uma greve caso não cumpra o reajuste salarial de 5,2% acordado com o Tribunal Regional do Trabalho ainda para este mês. Para evitar um colapso imediato, o prefeito enviou projeto de subsídio de R\$ 687.936,15. Uma medida emergencial, mas insuficiente: é paliativa e não resolve a insatisfação acumulada de usuários e trabalhadores.

## O gol de Daniel Vilela

Enquanto isso, em outra frente, o vice-governador Daniel Vilela (MDB) tem na crise a chance de marcar um gol político. Pré-candidato ao governo e prestes a assumir o cargo durante a licença de Ronaldo Caiado, Vilela tem se empenhado pessoalmente em articular a isenção do ICMS do diesel para o transporte em Anápolis, nos moldes do que já ocorre na região metropolitana. Se a iniciativa prosperar, o vice poderá apresentar à população um alívio imediato no preço das passagens e, de quebra, consolidar sua imagem como gestor capaz de oferecer soluções práticas a problemas históricos da cidade.

## Sem produtividade

O prefeito Sandro Mabel acatou o pedido do Vereador Sanches da Federal que revoga a portaria que permite aos agentes de trânsito serem remunerados por multa.

GUSTAVO MENDANHA

# “Se for para ajudar Daniel, posso abrir mão do Senado”

Andréia Bahia

## TRIBUNA DO PLANALTO

Ao se filiar ao PSD, o senhor se certificou de que poderia apoiar a candidatura de Ronaldo Caiado a presidente, independentemente da decisão nacional do partido de ter candidato próprio ou apoiar outro nome. Gilberto Kassab já se manifestou pela candidatura de Tarcísio de Freitas.

## GUSTAVO MENDANHA

E vai apoiar o Tarcísio se ele for candidato, até porque, se o Tarcísio não for, o candidato é o Ratinho Junior.

**Mesmo que isso faça parte do acordo, não configuraria para o eleitor uma traição ao partido ao qual o senhor acabou de se filiar?**

Acredito que não, até porque tem outras figuras do partido que podem estar em outros projetos. Eu deixei muito claro, até pela minha relação com o governador Ronaldo Caiado, por ele representar os goianos e eu entender que ele está preparado e pronto; mais do que isso, tem a maior aprovação de todos os governadores. Nesta eleição, a temática de segurança pública vai ser uma das principais discussões, porque o Brasil vive um problema sério de segurança pública. Na eleição passada, foram a saúde e a retomada econômica. Acredito no governador Ronaldo, pelo bom trabalho que faz aqui na área social e em tantas áreas, mas a segurança pública para mim vai dominar os debates.

**Caiado defende que os partidos lancem seus candidatos no primeiro turno e se unam no segundo. Acha essa uma boa estratégia ou ela tem riscos?**

Em virtude das dificuldades que temos de composição, eu acho que é válido. Para que aquele que melhor desempenho tenha depois apoio de todos. Eu acho que, desde que haja uma grande aliança, independente de quem representar a direita, que todos os outros que foram derrotados possam apoiar esse candidato, acho que é válido. E o governador Ronaldo está pensando realmente no Brasil. Tem candida-



**G**ustavo Mendanha

Ex-prefeito de Aparecida de Goiânia

**M**as apenas para ser vice na chapa majoritária. O ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, que já foi candidato a governador em 2022, não está disposto a se candidatar a deputado. Em entrevista exclusiva à Tribuna do Planalto, Gustavo Mendanha fala sobre sua recente filiação ao PSD, os bastidores políticos envol-

vendo a eleição presidencial de 2026, seu apoio ao governador Ronaldo Caiado e sua disposição para disputar o Senado Federal. Ele também comenta sobre alianças partidárias, críticas ao PL em Goiás, a saída do MDB, sua relação com Bolsonaro e o papel que pretende desempenhar no fortalecimento do PSD em Goiás.

to que representa vários estados dentro do mesmo espectro e acredito que aquele que for para o segundo turno terá o apoio de todos os candidatos e, claro, esperamos que seja o governador Ronaldo Caiado.

**Considerando que Jair Bolsonaro está enfrentando um julgamento, qual deve ser o papel dele nesse processo de escolha de candidato e também na eleição, na sua opinião?**

Acho que, com a experiência e toda bagagem que ele tem, é buscar escolher o nome que possa representar a direita, mas que tenha condição também, ganhando as eleições, de fazer um bom governo. Do ponto de vista eleitoral, credi-

**“A minha torcida é para que Vanderlan seja escolhido como candidato a vice-governador. Embora nesse momento, nosso foco seja a chapa de deputado federal e deputado estadual”**

to que, infelizmente, pela forma que estão fazendo, ele não vai poder fazer muita coisa, porque está proibido de fazer vídeos e interagir na internet. Não sei nem se a sua imagem poderá ser utilizada. Eu espero que esse julgamento possa ocorrer de uma forma que lhe permita fazer isso, mas infelizmente, o que temos notado é que esse julgamento já está definido pela não absolvição e deixá-lo realmente de uma forma que ele não possa participar das eleições do próximo ano.

**Mas continuará decisivo na escolha do candidato da direita?**

Ele é decisivo, principalmente dentro do PL. Como

disse o governador Ronaldo Caiado, poderá ter outros candidatos, mas na hipótese de Bolsonaro ser candidato, ele não será. Tudo indica que o Bolsonaro não poderá ser candidato, pelo que temos visto, o julgamento de fato, caminha para a condenação. A escolha do presidente Bolsonaro vai representar o Partido Liberal e terá outros partidos que poderão lançar o seu nome, é o caso do PSD com o Ratinho Júnior, do Novo com Romeu Zema, e poderá ser o caso do próprio Tarcísio dentro do Republicanos; não sei se ele, se for candidato à Presidência, deixa o partido. Mas o que se espera é que nós possamos ter alguém que represente um governo menos burocrático, que possa discutir a Reforma Tributária, que possa valorizar a classe empresarial; precisamos voltar a produzir. Nós andamos hoje em alguns estados e notamos o poder de compra diminuindo, muitas empresas fechando. Isso é muito ruim para o Brasil e se dá muito em virtude da insegurança jurídica de todos os problemas que temos enfrentado e um governo que não representa o que acreditamos para o Brasil, um país com menos estado e voltado realmente à produção.

**Sua filiação ao PSD se deu diretamente com Gilberto Kassab ou o presidente regional do partido, senador Vanderlan Cardoso, participou de alguma etapa do processo?**

As conversas iniciais foram com o senador Vanderlan. E posteriormente nós tivemos um diálogo com o presidente Kassab, até dentro daquilo que eu coloquei com relação a três pontos principais para minha filiação, que seria apoiar Ronaldo Caiado para presidente, apoiar Daniel Vilela para governador e a minha candidatura ao Senado.

**Mas Vanderlan também pleiteia essa vaga pelo partido. Como seria esse arranjo?**

São duas vagas, o partido pode lançar dois nomes. Embora eu acredite que Vanderlan poderia ser um bom nome para vice Daniel. Mas eu vou trabalhar no sentido de consolidar o meu nome

na base do governador Ronaldo Caiado. Eu, assim como Gracinha Caiado, entendo que duas candidaturas seriam mais importantes para que possamos ganhar as eleições, diferentemente do que aconteceu na eleição passada; quando o governo, mesmo com a sua força, com a maioria dos prefeitos, não conseguiu eleger o senador, exatamente em virtude de várias candidaturas e a divisão desse voto. Eu, assim como Gracinha, defendo apenas duas candidaturas. Já deixo aqui manifestado que eu estarei com ela, apoiarei ela para senadora, em virtude do trabalho que ela tem feito, que é muito relevante. Se o governo hoje tem uma aprovação alta e talvez a segurança seja o principal ponto, mas não tenho dúvida do valor do trabalho da Gracinha, que elogiei mesmo sendo adversário do governador Ronaldo Caiado na eleição passada. Acredito que ela terá todas as condições de ser eleita e manifesto meu apoio a Gracinha para o Senado.

**Mas como que seria esse arranjo? O senhor candidato ao Senado com o apoio do governo e Vanderlan candidato a senador em outra chapa?**

Não. A minha torcida é para que Vanderlan seja escolhido como candidato a vice-governador. Se ele for vice, não vai disputar reeleição. Embora nesse momento, nosso foco seja a chapa de deputado federal e deputado estadual. Até meados de dezembro, janeiro, fevereiro, provavelmente o nosso foco vai ser esse. E depois vamos lutar para que o partido, pelo tamanho, pela composição, por tudo aquilo que pode oferecer para a chapa, tenha Vanderlan como vice-governador.

**O nome do senhor não está disponível para vice-governador?**

Eu sou alguém do grupo que está pronto para disputar qualquer função que me coloquem. Neste momento, meu foco é o Senado; lá na frente, se houver o entendimento que meu nome possa ser um facilitador para a eleição do Daniel, eu não teria dificuldade, embora meu coração esteja em Brasília, em não só participar das eleições, mas estando no Senado, além de defender tudo aquilo que acredito - liberdade econômica, família, defender princípios e valores no Senado, o que eu sempre fiz ao longo da minha vida -, também discutir algo que é importante para o brasileiro, princi-

palmente aqueles mais simples: nós precisamos retomar uma agenda de desenvolvimento econômico, da redução do preço da cesta básica, da redução de impostos para que possamos, ao invés de ter empresas fechando, tenhamos novamente as empresas abrindo; defender as mulheres, as crianças. O meu foco de fato é disputar o Senado Federal, mas se me chamarem para disputar a vice, não teria dificuldade. Mas a minha preferência é disputar a eleição de senador.

**Disputaria para deputado federal?**

Não, eu já tomei a decisão de disputar a eleição do Senado, até porque minha cidade já tem nomes para apresentar. Eu não disputarei mandato de deputado federal nem de deputado estadual. Meu foco é a eleição do senador.

**O PSD saiu dividido da eleição de 2024. Como vê o futuro do partido?**

Eu acho que houve alguns erros estratégicos; duas candidaturas majoritárias em Goiânia e Senador Canedo prejudicaram consideravelmente. Eu acho que deveria ter focado em uma. Naquele momento eu não estava no partido e trabalhei para que Vanderlan pudesse apoiar o Sandro Mabel, que é um amigo que ajudei inclusive na construção da candidatura. Não foi possível. Acho que o Vanderlan teve um equívoco, um erro de estratégia. Mas o momento agora é outro, de construir, de convergir, de fortalecer o partido, principalmente para as eleições proporcionais. Eu acho que esse também foi um erro; não temos nem um vereador do PSD na capital; em Aparecida de Goiânia não foi eleito nenhum vereador. Agora, com a recontagem de votos, o vereador do PSD subiu. Nós precisamos, e essa também é uma missão do presidente Kassab, fazer chapas que possam eleger amanhã um número significativo de deputados federais e deputados estaduais.

**Mas é uma missão dada pelo Kassab ou pelo Vanderlan?**

Uma missão que o presidente Kassab me deu na minha filiação, de contribuir para que o partido possa fazer deputados federais e deputados estaduais.

**No sentido contrário, há rumores de que o PSD venha a perder quadros importantes, como o pró-**



Fotos: Divulgação

**prio Francisco Jr. Há alguma movimentação nesse sentido no partido?**

Eu li a entrevista do Francisco, figura que respeito muito, um amigo até, alguém que, ao longo da sua vida e sua história, fez trabalhos relevantes, seja no legislativo, seja no executivo, nos espaços importantes que ele ocupou no município e agora no estado. Eu acho que o momento é esse, de convergir, de dialogar e dar condições para que, seja o Francisco ou outros quadros, não deixem o partido e que a gente possa buscar outros nomes para realmente fortalecer essas chapas federais.

**Quem sabe um dia exista um amadurecimento por parte dos integrantes do PL em Goiás e possamos trabalhar em convergência, principalmente naquilo que nos une, que é a família.**

**Nos últimos anos o senhor trocou de partido três vezes, saiu do MDB e se filiou ao Patriota para disputar o governo de Goiás em 2022, se aproximou do governador Ronaldo e saiu do Patriota, voltou para o MDB, e agora**

**se filiou ao PSD. A motivação da troca de partidos foi exclusivamente eleitoral ou o senhor se identifica com essas legendas?**

Todos os três partidos a que eu estive filiado têm um perfil muito parecido. São todos partidos de centro-direita, todos com ideais muito próximos do meu, partidos mais voltados aos problemas do povo. O MDB é um partido histórico, lutou pela redemocratização do país; Patriota, um partido que inclusive já acabou, mas o nome já diz, tem muito a ver comigo; o PSD eu confesso que sempre quis estar próximo ao presidente Kassab, uma das figuras mais inteligentes que conheço do ponto de vista político, alguém que admiro, e ele também tem essa questão, é alguém que milita no campo de centro-direita, tem participado das grandes discussões importantes do país, está do outro lado de um dos grandes governadores que esse país tem, que é o Tarcísio. Deixei o MDB naquele momento para disputar a eleição; não tinha condição de disputar a eleição de governador dentro do MDB, tendo em vista que o MDB seria vice do Caiado. Voltei para o partido até para fazer um gesto para o Daniel, pela nossa relação de amizade, mas sabia que no MDB não teria condição de disputar um mandato majoritário, seja a vice ou ao Senado. Dialogando com ele e com o governador, surgiu essa oportunidade de estar no PSD e fui para ajudar não só o PSD, mas também para trazer o PSD para base de governo. Espero que isso possa se consolidar, porque fortalece muito a candidatura do Daniel para

governador.

**Antes de se filiar ao Patriota, o senhor buscou filiação no PL, e sempre se posicionou ao lado de Bolsonaro. O senhor se considera um bolsonarista?**

Eu tenho muita consonância com Bolsonaro, não sou próximo a ele, mas sou alguém que me identifico muito com valores e princípios que ele trabalha. Gostaria de ser mais próximo, infelizmente, em Goiás, os políticos que o representam não trabalham para a união da direita, pelo contrário. Minha mulher se filiou ao PL e foi massacrada publicamente por alguns agentes do PL. Eu tenho muita identidade, o evangelho, sou conservador, sou liberal de conceito, e me considero uma pessoa muito próxima a todos os ideais que o ex-presidente Bolsonaro carrega.

**E a filiação da sua esposa, Mayara Mendanha, ao PL, foi uma estratégia eleitoral?**

Ela sempre se identificou com a Michelle Bolsonaro, sempre teve essa identidade. Infelizmente, se filiou ao partido, uma mulher, alguém poderia representar e ajudar muito o partido, mas não houve nunca um convite para o diálogo, pelo contrário. Ela deixou o PL e se filiou junto comigo no PSD. Mas quem sabe um dia exista um amadurecimento por parte dos integrantes do PL em Goiás e possamos trabalhar em convergência, principalmente naquilo que nos une, que é a luta pela família, pela liberdade econômica e por um país mais justo.

**Logo que se aproximou do governo Caiado, o senhor deu entrevistas falando que não iria compor o governo, mas se tornou vice-presidente da Celgpar, seu irmão, Danilo Mendanha, também tem cargo no governo. O que fez o senhor mudar de ideia?**

Os recorrentes convites que existiram até para assumir uma secretaria e eu disse que talvez para mim não seria interessante, mas hoje faço parte do melhor governo do estado de Goiás, o mais aprovado, que tem transformado a vida dos goianos e que tem trazido esperança para parte dos brasileiros. Exatamente o que queremos, levar esse modelo de governança para o país, para que a gente possa mudar a realidade dos brasileiros.

Leia mais no site

[www.tribunadoplanalto.com.br](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

## ELEIÇÕES

## Senado aprova mudanças na Lei da Ficha Limpa

Redução do prazo de inelegibilidade traz segurança, mas tem destinatários certos, diz professor

Carla Borges

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira (2), com 50 votos a 24, o projeto que altera a forma de contagem do prazo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa. O texto aprovado unifica em oito anos o prazo de inelegibilidade para os políticos impedidos de se candidatar. O projeto segue para sanção presidencial. Dos senadores de Goiás, Jorge Kajuru e Pedro Chaves votaram favoravelmente. Wilder Moraes não estava na sessão.

Atualmente, os oito anos começam a contar após o fim do mandato, o que pode estender o prazo para mais de 15 anos. O projeto aprovado antecipa o início da contagem para a condenação ou a renúncia e unifica em oito anos o período de inelegibilidade, com limite de 12 anos em caso de múltiplas condenações.

Para o professor de Direito Eleitoral Alexandre Azevedo, as mudanças aprovadas trazem segurança jurídica. Ele entende que a iniciativa não enfraquece a Lei da Ficha Limpa. "O que acontece hoje é que quando a pessoa é condenada por órgão colegiado, ela já se torna inelegível, mas o período de oito anos de inelegibilidade só começa a contar com o cumprimento da pena, o que, por sua vez, não tem início enquanto não há o trânsito em julgado da sentença condenatória", explica.

"Da forma como é atualmente, a pessoa não sabe o prazo de sua inelegibilidade, o que realmente traz insegurança jurídica", pontua Azevedo. Da forma como foi aprovado no Senado Federal, toda situação que gere inelegibilidade terá prazo máximo de oito anos, começando a contagem a partir da data de condenação por órgão



Arquivo pessoal

**Alexandre Azevedo:**  
"mudança tem destinatário certo"

colegiado, inclusive pelo tribunal do júri. "Assim que cumprir a pena, a pessoa estará elegível", acrescenta o professor, ressaltando que o texto aprovado ainda não foi publicado. Isto porque ele sofreu alterações na sessão em que foi votado, o que geralmente retarda a publicação.

Embora tenha o benefício de trazer segurança na contagem do prazo, Azevedo aponta uma deficiência na iniciativa parlamentar: "essa mudança está sendo feita especificamente para beneficiar algumas pessoas, tem destinatários certos". O professor de Direito Eleitoral acrescenta que haverá mudanças também com a unificação para os casos de cassação dos mandatos de deputados e senadores por quebra de decoro. Atualmente, a inelegibilidade começa a contar a partir do término da legislatura. Com a alteração, contará a partir da decisão de cassação.

O projeto altera o início da contagem do prazo e a duração da inelegibilidade por crimes que tenham como consequência a proibição de disputar eleições. Se sancionadas, as novas regras poderão ser aplicadas imediatamente e podem até mesmo beneficiar políticos já condenados.

A proposta também fixa um máximo de 12 anos para condenações por inelegibilidade, mesmo em casos de condenações sucessivas em processos diferentes.

## Tribuna Jurídica

CARLA BORGES  
carlazenborges@gmail.com



## STF suspende ingresso em instituições municipais de ensino superior de Rio Verde e Mineiros

O ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu o ingresso de novos alunos em instituições municipais de ensino superior de Rio Verde e Mineiros, em Goiás, e de São Paulo que atuam de forma onerosa (cobrando mensalidades). O ministro concedeu medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta pela Associação dos Mantenedores Independentes do Ensino Superior (Amies), que aponta transgressões às diretrizes e bases da educação nacional e violação do princípio constitucional da gratuidade do ensino público.

## Cursos de graduação

"Reveste-se de plausibilidade jurídica o pedido, pois, no caso, questiona-se a cobrança de mensalidades em cursos de graduação (não se trata de pós-graduação), oferecidos em instituições oficiais (ensino público), mantidas por Municípios e vinculadas ao Sistema de Ensino Estadual (não integram o Sistema de Ensino Militar)", entendeu Flávio Dino.

## Sem fiscalização

A Amies alega burla ao Sistema de Ensino Federal, pois as universidades públicas criadas por entes municipais, mesmo recebendo recursos privados, estariam operando à revelia da autoridade fiscalizadora federal (MEC), com o beneplácito dos órgãos do Sistema de Ensino Estadual (Conselhos Estaduais de Educação). Segundo a autora, os municípios teriam criado Instituições de Ensino formalmente constituídas como universidades públicas, mas que, na realidade, operam como verdadeiras instituições de ensino privadas, mediante cobrança de mensalidades e disputa de mercados fora do território municipal para cursos de medicina.

## Ouvidoria do TRE-GO

A desembargadora eleitoral Ludmilla Rocha Cunha Ribeiro (foto) assumiu a Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás com a intenção de aplicar ferramentas digitais e de inteligência artificial para agilizar os processos e ampliar a qualidade do atendimento. A ideia é usar novas plataformas e IA para otimizar o trabalho da Ouvidoria. "A ideia é atender tanto os servidores quanto a sociedade de forma integral", justificou.



Se o Bolsonaro precisar de eu levar cigarro pra ele em qualquer lugar, conte comigo. Ele é uma pessoa que eu gosto

Demóstenes Torres,  
advogado do almirante  
Almir Garnier, durante  
julgamento no STF

## Supermercado vai indenizar pai de funcionário adolescente

A Justiça do Trabalho em Goiás condenou uma empresa do ramo varejista de alimentos em Goiânia ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais ao pai de um adolescente de 17 anos que morreu em um acidente de trabalho em março de 2024. O jovem havia sido contratado como repositor, mas realizava entregas de motocicleta para a empresa quando sofreu o acidente fatal, menos de um mês após ter sido contratado.

## Recorde na ESA

Em comemoração ao Mês da Advocacia, a Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB-GO bateu recorde em 2025, promovendo 191 cursos e eventos que totalizaram 650 horas de atividades e resultaram na emissão de mais de 4 mil certificados. As ações da campanha Agosto 11 foram realizadas em Goiânia, nas subseções do interior e também na modalidade online.

POLÍTICA AFIRMATIVA

# Governo propõe reduzir prazo para implementação de cotas raciais em concursos públicos de Goiás

Ministério Público acionou a Justiça para garantir aplicação imediata da medida em certame da Receita Estadual

Arthur Oliveira

A Governadoria de Goiás encaminhou à Assembleia Legislativa (Alego) um projeto de lei que altera a Lei nº 23.389/2025, que institui a reserva de 20% das vagas em concursos públicos estaduais para candidatos negros. O texto propõe reduzir de 180 para 120 dias o prazo de vigência da norma, conhecido como *vacatio legis*.

De acordo com a Secretaria da Administração (Sead), a proposta tem como objetivo assegurar maior efetividade à política de cotas raciais e dar segurança jurídica

aos editais de concursos atualmente em elaboração. "A redução do prazo permitirá que os próximos certames já contemplem a reserva de vagas para negros, evitando questionamentos judiciais e fortalecendo os mecanismos de inclusão no serviço público", informou a pasta na exposição de motivos.

A medida ocorre em meio à repercussão de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO). A Justiça deferiu liminar obrigando a inclusão imediata da reserva de vagas no edital do concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual, da Secretaria da Economia. Para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o cumprimento da decisão não apenas atende à determinação judicial, como também se apresenta como medida prudente e necessária à contenção de riscos jurídicos e financeiros para o Estado.

**IMPLEMENTAÇÃO**

Com a redução do prazo, o governo estadual anun-



Will Rosa

**Inicialmente, o projeto se aplicaria apenas a concursos e seleções do Poder Executivo, mas o Legislativo foi incluído posteriormente na matéria**

ciou a criação de uma força-tarefa na Sead, em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação, para adaptar rapidamente os sistemas que darão suporte à reserva de vagas. Também está em andamento uma articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Social para a capacitação da banca de heteroidentificação, responsável por validar as autodeclarações dos candidatos negros.

Além das ações emergenciais, o governo revisa termos de referência em elaboração e aditiva contratos já

firmados com bancas examinadoras para adequação à lei. Segundo a Sead, essas medidas buscam garantir que os concursos em andamento ou em fase de planejamento já incorporem, de forma correta, a reserva de 20% das vagas.

**AMPLIAÇÃO**

Outro ponto do projeto é a inclusão explícita da reserva de cotas em processos seletivos simplificados e contratações temporárias, além da previsão para estágios. A mudança, segundo o Executivo, corrige lacunas

legais e evita interpretações divergentes sobre a aplicação da política.

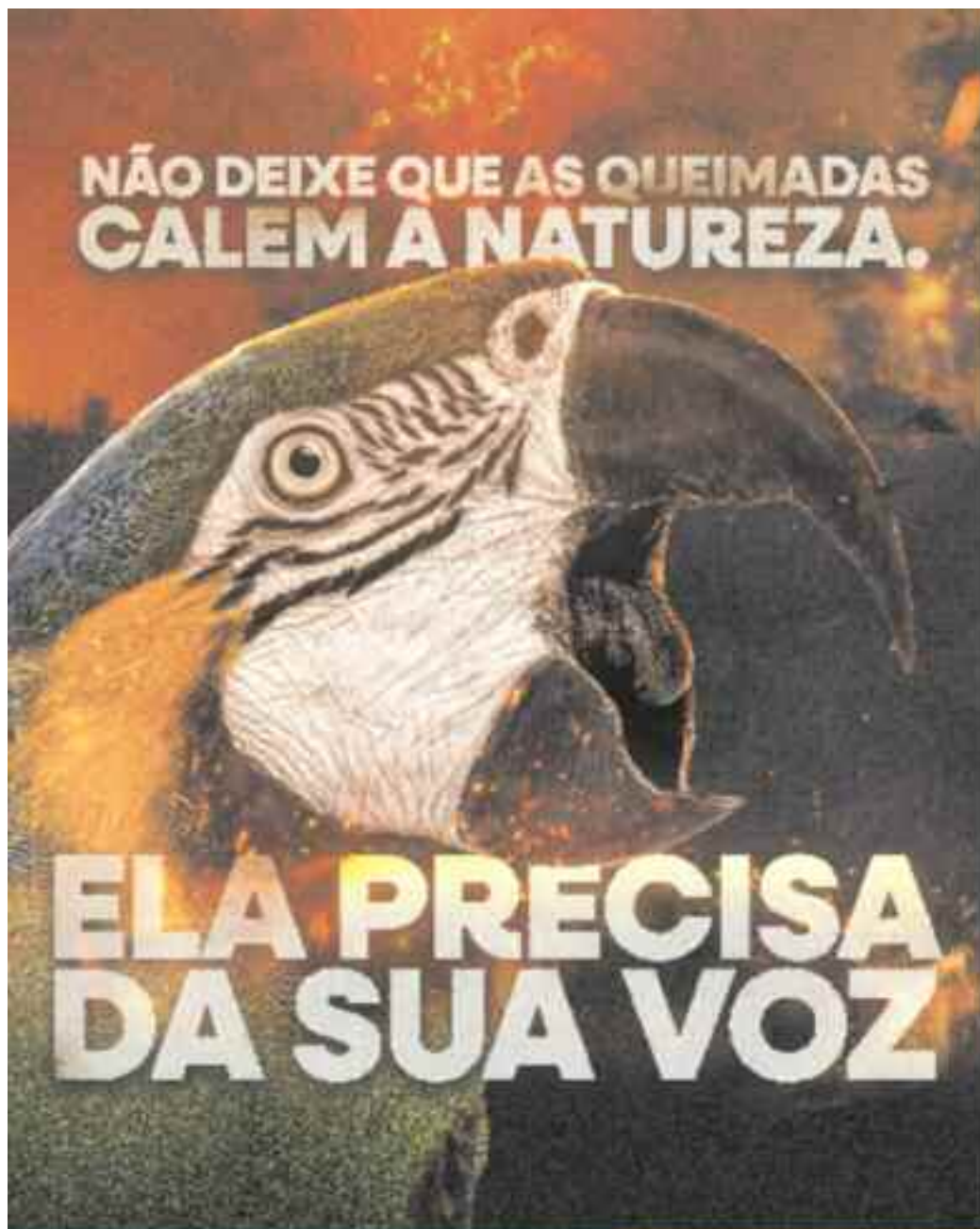
A Procuradoria analisou o projeto e considerou a proposta compatível com a legislação vigente. A PGE destacou que a alteração não gera impacto orçamentário ou financeiro e está em consonância com normas federais que tratam da redação de atos normativos.

**VOTAÇÃO**

O projeto já havia passado pela apreciação e deliberação dos deputados em abril deste ano e recebeu 18 votos favoráveis e os votos contrários de Amauri Ribeiro (UB), Major Araújo (PL) e Wagner Camargo Neto (Solidariedade).

Caso a nova mudança seja sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (União Brasil), a lei então passa a ter 120 dias para garantir efetividade. No limite, portanto, a norma passaria a valer a partir do início de 2026.

Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia



**Os Deputados e Deputadas Estaduais** convidam você a participar do projeto de **combate às queimadas** em nosso estado.

Com sua sugestão elaboramos leis para proteger nossa Natureza

Baixe o APP **Deputados Aqui** e envie sua ideia

**SAIBA MAIS**



## ELEIÇÕES 2026

# Daniel Vilela assume protagonismo nas entregas do governo e se fortalece para 2026

Apoiado pelo governador Ronaldo Caiado e à frente nas pesquisas, vice-governador intensifica entregas em todo o Estado e busca ampliar capital político

## Da Redação

O vice-governador Daniel Vilela (MDB) tem assumido um papel cada vez mais central nas agendas de entregas e inaugurações pelo interior de Goiás, consolidando-se como figura de destaque da atual gestão. Consolidado como sucessor natural do governador Ronaldo Caiado (União Brasil) e já oficializado como nome da base governista para 2026, Daniel deve assumir o comando do Palácio das Esmeraldas em abril, quando Caiado deixará o cargo para concorrer à Presidência da República.

Nos últimos dois meses, o vice-governador participou de ao menos 28 eventos da gestão estadual, com entregas e anúncios de obras em 33 municípios. O ritmo intenso começou em julho, durante viagens internacionais de

Divulgação



**Nos últimos dois meses, o vice-governador participou de ao menos 28 eventos da gestão estadual, com entregas e anúncios de obras em 33 municípios**

Caiado ao Japão e aos Estados Unidos, mas seguiu em agosto já com o governador de volta ao país. Entre os destaques estão a entrega de 394 casas a custo zero em 11 cidades e anúncios de seis novas obras — cinco rodovias e a implantação de um Centro de Pesquisas em terras raras, em Catalão, no Sudeste goiano.

Na última semana, Daniel percorreu diferentes regiões do estado. Na terça-feira (2), esteve em Estrela do Norte e Bonópolis, no Norte goiano, onde entregou 60 moradias, resultado de R\$ 10,1 milhões em investimentos. No dia seguinte, quarta-feira (3), visi-

tou Água Limpa e Rio Quente, no Sudeste, entregando mais 89 casas a custo zero, avaliadas em R\$ 13,3 milhões. “São programas que mudam de fato a vida das pessoas. Goiás é o único estado que entrega casas a custo zero, sobretudo nos pequenos municípios. Ver a alegria das famílias que já nem sonhavam mais com a casa própria e hoje realizam esse sonho é um dos momentos mais marcantes da vida pública”, destacou o vice-governador durante as entregas.

Com essas ações, o programa estadual já alcançou a marca de 4.150 moradias

entregues em 164 municípios. Segundo a Agência Goiana de Habitação (Agehab), outras 1.170 estão prontas e devem ser inauguradas nas próximas semanas. A meta do governo é chegar a 10 mil casas até o fim de 2026, consolidando o programa como um dos principais legados sociais da atual gestão. Assim, Daniel Vilela seguirá percorrendo o interior, com agenda efetiva de entregas à população.

No próximo dia 25 de setembro, o governador Ronaldo Caiado fará uma das entregas mais simbólicas de seus dois mandatos: o Complexo Oncológico de

Referência de Goiás (Cora). Embora o hospital esteja funcionando desde junho, a solenidade oficial de inauguração reforçará a importância da obra, considerada um marco na saúde pública estadual. Daniel Vilela acompanhará o governador no evento, reforçando sua presença em momentos-chave da atual gestão.

Esse compartilhamento de protagonismo revela uma estratégia política clara: preparar o vice-governador para assumir não apenas a cadeira de Caiado em abril, mas também a continuidade do atual grupo político que comanda Goiás.

## Pesquisas já mostram favoritismo do emedebista

Paralelamente às entregas, o vice-governador Daniel Vilela colhe resultados eleitorais. A pesquisa Genial/Quaest, divulgada em 22 de agosto, o coloca na liderança da corrida para o governo nas eleições de outubro de 2026, com 26% das intenções de voto — sete pontos acima do levantamento anterior, divulgado em dezembro de 2024. O emedebista aparece à frente do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), que tem 22%. O senador Wilder Moraes (PL) aparece com 10% e a deputada federal Adriana Accorsi (PT), com 8%.

Divulgação



**Daniel Vilela lidera pesquisa Genial/Quaest, divulgada em 22 de agosto**

O levantamento mostra ainda que 73% dos goianos desejam que o governador Ronaldo Caiado eleja o seu sucessor, o que mostra a satisfação da população goiana com a atual gestão estadual, além de reforçar o favoritismo do emedebista. Com 88% de aprovação, Caiado é o governador mais bem avaliado do país.

Para o cientista político Felipe Nunes, diretor da Quaest, Daniel Vilela apresenta um “piso alto”: mesmo com baixa taxa de conhecimento entre os eleitores, já lidera as pesquisas, o que indica espaço para crescer.

Na contramão, o ex-governador Marconi Perillo enfrenta um “teto baixo”, resultado da rejeição acumulada e de derrotas consecutivas.

O contraste é evidente. Enquanto Marconi tenta preservar sua influência, Daniel desponta como o nome capaz de unir a base governista, herdar o espólio construído por Caiado e manter o atual grupo político no comando do governo de Goiás. A combinação entre entregas efetivas, presença constante no interior e respaldo popular projeta o vice-governador como favorito ao Palácio das Esmeraldas em 2026.

## COLETA DE LIXO

# Responsáveis pelo contrato da Limpa Gyn vão usar decisões judiciais na defesa da CEI

Divulgação



**Em abril de 2024, Cruz lançou o contrato, no Paço Municipal, rodeado de vereadores**

Ex-gestores apostam em decisões do TCM e TJ-GO como “escudo” e defesa de legalidade do contrato

Lucas de Godoi

Ex-integrantes da gestão do ex-prefeito Rogério Cruz (SD) já discutem nos bastidores a estratégia de como se portar diante da repercussão da CEI da Limpa Gyn e de uma eventual convocação de ex-auxiliares para prestar esclarecimentos. O tom adotado deve ser de que todo o processo de contratação da coleta de lixo em Goiânia foi analisado, contestado e, ao final, respaldado por instâncias de controle e pela Justiça.

Fontes que participaram diretamente do processo licitatório, tanto de primeiro escalão quanto servidores técnicos ouvidos pela reportagem sob reserva, afirmam que a prefeitura, à época, enfrentou uma batalha jurídica.

Em dezembro de 2023, o então presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, derrubou liminar que suspendia a licitação. A decisão foi tomada após recurso da Procuradoria-Geral do Município, que alegava risco de colapso na coleta caso a concorrência fosse adiada. Dias antes, o TCM-GO havia feito movimento semelhante, liberando o certame após suspensão inicial.

Esse histórico será a principal arma da ex-gestão caso a CEI busque responsabilizar politicamente os antigos gestores. Um dos envolvidos no processo à época aposta que os vereadores, já em turbulência com o Executivo, vão trabalhar para manter a harmonia entre os poderes.

“Se for convocado, vou levar todas as decisões judiciais e sugerir que os parlamentares também convidem magistrados para explicar por que consideraram a licitação legal. Não fomos nós que demos a palavra final, foram os tribunais”, afirma um dos responsáveis pelo contrato, à época.

A aposta é de que o discurso da legalidade, reforçado pelo aval do Judiciário e dos órgãos de controle, será usado para tentar esvaziar narrativas de irregularidades políticas ou administrativas.

Para a vereadora Aava Santiago (PSDB), integrante da CEI, o fato de existir uma comissão de investigação já prova que há irregularidade a ser levantada. “É muito importante que a gente deixe delimitado que é impossível que a gente chegue ao final dessa CEI fazendo apenas elogio”, afirmou durante a primeira reunião.

“Se essa precarização na prestação de serviços se deve exclusivamente a má gestão desses serviços, a gente vai apontar que é um problema de gestão. Se essa precarização se deve a irregularidades, nós encaminharemos nesse sentido”, afirmou Aava.

## INFLUÊNCIA

Na época, o contrato foi assinado pelo ex-secretário de Infraestrutura, Denes Pereira, com participação direta de outros titu-

lares de primeiro escalão. Denes é presidente estadual do Solidariedade, partido que conta com dois vereadores na comissão. Welton Lemos é o presidente e Ronilson Reis ocupa outra das sete cadeiras.

Apesar da influência política e da presença dos parlamentares na comissão, isso não afasta, automaticamente, convite ou convocação para esclarecimentos.

Outro nome que pode ser considerado é do ex-prefeito de Anápolis e atual presidente da Goiás Turismo, Roberto Naves, que articulou a contratação nos

bastidores, em contexto de sua filiação ao Republicanos, partido que preside em Goiás.

À reportagem, Naves afirmou se tratar de “pura fofoca” e “uma piada” a possibilidade de convite. “Não tenho nada com isto e nem tenho problema de falar sobre nenhum assunto”.

## FOCO É ATUAL GESTÃO

Nesse contexto, fontes ligadas à antiga Secretaria de Infraestrutura Urbana (Seinfra) confiam que o processo investigatório focará no cumprimento do contrato e em questões burocráticas de fiscalização. Politicamente, deve focar no termo aditivo de R\$ 9 milhões assinado pelo prefeito Sandro Mabel (UB), tratado pelo Consórcio Limpa Gyn como legal e vinculado ao contrato.

Em fala recente à imprensa, Mabel disse que a “CEI que está sendo proposta é uma CEI que tem outras intenções” e que “não é para verificar o governo passado” porque “isso não interessa nada, isso passou”. Segundo ele, o contrato de sua administração é mais atualizado do que o da anterior. “Verifica o meu governo”.

O prefeito também apelou

aos vereadores que fiscalizem o contrato nas ruas ao invés da investigação parlamentar. “Vamos juntos cobrar a Limpa Gyn nas ruas, como eu propus aos vereadores. Vamos mandar eles buscar os lixos que estão soltos por aí. Vamos educar a população. Então, se querem mesmo ajudar a cidade com a Limpa Gyn, deviam fazer isso que estou dizendo”, sugeriu Mabel.

O Consórcio Limpa Gyn afirma que adotará postura de colaboração por compreender que o processo fiscalizatório será uma oportunidade para provar o cumprimento do contrato, cuja produção tem atingido até 42 mil toneladas de lixo orgânico por mês, 20% a mais do que a média contratada.

“Mesmo assim, damos conta dessa demanda, coletando quase 20% a mais do que o previsto”, pontuou o diretor executivo do Consórcio Limpa Gyn, Renan Andrade, em entrevista à Tribuna do Planalto.

## TOM POLÍTICO

A avaliação nos bastidores é de que qualquer fala agressiva contra a CEI pode ser explorada politicamente. Por isso, a orientação é manter postura técnica, sempre reforçando que o papel da prefeitura foi cumprir decisões e garantir a continuidade de um serviço essencial.

Ainda que a CEI da Limpa Gyn avance, os antigos colaboradores de Cruz esperam que os holofotes se voltem para o debate político dentro da Câmara, em contexto de insatisfação com o atual prefeito, de forma que o desgaste político deve ser compartilhado.

A reportagem solicitou posicionamento a Denes Pereira, mas não teve retorno até o fechamento desta matéria.

A CEI, que estabeleceu presidência e relatoria na reunião de sexta-feira (5), deverá definir nas próximas semanas o calendário de oitivas e convocações.

## SAIBA MAIS

### Histórico jurídico da contratação da Limpa Gyn

- ✓ **Abril de 2023** – O TCM-GO suspende o edital após apontar sobrepreço na varrição mecanizada e falhas técnicas. A Prefeitura refaz trechos e apresenta justificativas.
- ✓ **23 de dezembro de 2023** – O conselheiro plantonista do TCM, Sérgio Cardoso, acata pedido da empresa Promulti Engenharia e suspende a concorrência. O Ministério Público de Contas (MPC) apoia a medida.
- ✓ **26 de dezembro de 2023** – O presidente plantonista do TCM, Daniel Goulart, derruba a suspensão e libera o edital, alegando risco de comprometimento da coleta de lixo em Goiânia.
- ✓ **28 de dezembro de 2023** – A desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, do TJ-GO, suspende novamente a licitação, apontando falta de isonomia entre concorrentes.
- ✓ **29 de dezembro de 2023** – O presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, revoga a decisão da colega e libera a concorrência, acolhendo o argumento da Prefeitura de que havia risco de colapso na coleta.

## Suplentes poderão apresentar requerimentos e ter fala em CEI

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Limpa Gyn foi instalada nesta sexta-feira (5) com a definição de sua composição e as primeiras deliberações sobre o funcionamento.

O grupo será presidido por Welton Lemos (Solidariedade), terá Aava Santiago (PSDB) como vice-presidente e William Veloso (PL) como relator, escolhido em disputa com Ronilson Reis (SD).

Além deles, compõem a lista

de titulares os vereadores Pedro Azulão Júnior (MDB), Thiallu Guiotti (Avante), Ronilson Reis (SD) e Juarez Lopes (PDT).

Os suplentes definidos foram Sanches da Federal (PP), Fabrício Rosa (PT) e Cabo Senna (PRD), este último lembrado como o responsável por recolher as assinaturas que viabilizaram a abertura da investigação.

Na primeira reunião, os parlamentares aprovaram o regi-

mento de funcionamento da comissão. Ficou definido que as sessões ordinárias ocorrerão sempre às terças-feiras, às 14 horas.

Os requerimentos de convocação e de solicitação de documentos deverão ser protocolados até as 10 horas do mesmo dia, de modo a garantir análise prévia pela relatoria.

Outra decisão tomada foi a exigência de quatro votos para

aprovação de qualquer requerimento, estabelecendo um quórum mínimo que reforça o peso individual de cada membro.

## VOZ

Os vereadores também deliberaram que suplentes terão direito à voz e poderão apresentar requerimentos, ainda que sem direito a voto enquanto não houver substituição de titulares.

A medida garante participação ativa de nomes que não integram a composição principal, ampliando o alcance do debate. Além disso, ficou vedada a participação de parlamentares de fora da CEI, que não terão espaço para se manifestar durante os trabalhos.

Também não será permitida a participação remota, assegurando que apenas os presentes em plenário possam deliberar.

## ANÁPOLIS

# O preço da passagem do transporte coletivo vai aumentar ou não? Entenda polêmica

A tarifa técnica, que representa o custo operacional do sistema de ônibus em Anápolis, ultrapassa os R\$ 8,19 previstos para 2024

Carlos Nathan Sampaio

O transporte coletivo em Anápolis foi a pauta política e social da vez na cidade nos últimos 10 dias. Tudo começou com o anúncio do aumento de preço da passagem e, por trás dessa discussão, está a chamada tarifa técnica — valor que representa o custo para manter o sistema funcionando, dividido pelo número médio de passageiros transportados.

Na semana passada, a Urban, concessionária responsável pelo serviço, obteve na Justiça o reconhecimento desse valor em R\$ 8,19 para 2024. O número, contudo, não é automaticamente repassado ao usuário, já que a tarifa pública é fixada pelo poder público. Atualmente, o anapolino paga R\$ 5,25 pelo bilhete antecipado ou R\$ 6,00 no pagamento direto ao motorista. A diferença, em tese, deveria ser coberta por subsídios.

Segundo o diretor jurídico da Urban, Carlos Leão, a situação em 2025 é ainda mais delicada. Ele

Divulgação



**A concessionária Urban cobra subsídios e aponta perdas com gratuidades e impostos, enquanto Prefeitura e Câmara resistem a um reajuste que pesaria no bolso dos usuários**

aponta que a empresa amarga prejuízos com 17 domingos de gratuidade sem contrapartida financeira da Prefeitura, além de fornecer ônibus gratuitos para a Exposição Agropecuária (Expoana). Outro fator que encarece a conta é o retorno da cobrança do ISS e o aumento do INSS sobre a folha de pagamento. “Não recebemos um centavo por essas gratuidades. A conta sobe e o passageiro está cada vez mais ausente”, declarou em reunião com a Comissão de Transportes da Câmara, na última quarta-feira (3).

A pressão por subsídios cresceu e gerou reações. Na segunda-feira (1º), o prefeito Márcio Corrêa (PL) conquistou vitória no Tribunal de Justiça de Goiás, que suspendeu decisão anterior obrigando o município a arcar com os R\$ 8,19 por passageiro. A desembargadora Iara Márcia Franzoni destacou os “efeitos irreversíveis” de um reajuste imediato e preservou a tarifa atual,

evitando que Anápolis tivesse a passagem mais cara do Brasil.

Na Câmara, a insatisfação com a Urban se transformou em movimento político. Vereadores articulam a criação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar descumprimentos contratuais, como a entrega de 24 pontos de ônibus por ano, a renovação da frota e melhorias na acessibilidade. “Isso nunca aconteceu”, disparou o vereador João da Luz (Cidadania), autor do pedido. Outros parlamentares apontam falhas na manutenção do terminal urbano, redução de horários e alteração de rotas que prejudicam usuários.

O debate ganhou força com a audiência pública realizada nesta sexta-feira (5), aberta à população. Proposta pelo vereador Wederson Lopes (UB), a sessão reuniu representantes da Urban, da Agência Reguladora Municipal (ARM), além de entidades civis e moradores. O prazo

para ARM e Urban apresentarem um plano conjunto de melhorias foi fixado até 30 de setembro. Wederson ressaltou que o contrato atual, firmado há uma década, não reflete mais a realidade: “Hoje vivemos uma situação totalmente diferente, com menos passageiros e mais custos. É pacífico que o sistema só sobrevive com subsídio”.

De fato, os números mostram a crise: em 2015, quando a concessão começou, a previsão era transportar 2 milhões de passageiros por mês. Atualmente, esse volume caiu para cerca de 600 mil, reflexo da pandemia e do crescimento dos aplicativos de transporte. O custo mensal, no entanto, permanece alto, em torno de R\$ 7 milhões. “O sistema está na UTI. Precisa de aporte municipal e estadual para continuar”, disse Carlos Leão.

Enquanto a Urban pede socorro, parte dos vereadores defende alternativas mais

ousadas. Rimet Jules (PT) insiste na Tarifa Zero, modelo em que a gratuidade total seria financiada por outras fontes de receita, como impostos sobre combustíveis ou repasses estaduais. Jean Carlos (PL) defende maior articulação com o governo federal para custear gratuidades já existentes, como estudantes e idosos.

O Executivo também sinalizou movimento nesse sentido. A Câmara aprovou projeto que autoriza subsídios ao sistema e liberou aporte de R\$ 687,9 mil para recompor a data-base dos trabalhadores da Urban em 2025/2026, cobrindo reajuste salarial de 5,2%. Ainda assim, parlamentares como Jakson Charles (PSB) alertam que a medida é paliativa e não resolve a questão estrutural.

No meio do impasse, usuários seguem enfrentando ônibus velhos, pontos de parada precários e linhas reduzidas. A incerteza sobre o preço da passagem em 2025 permanece, mas o que está claro é que o sistema atual não se sustenta sem forte participação do poder público. Se a tarifa pública não sobe, será preciso ampliar subsídios; se não houver aporte, cresce a pressão para repassar custos ao bolso do cidadão.

O contrato da Urban vence em 2025, e até lá, Prefeitura e Câmara terão de decidir se mantêm a empresa, revisam o modelo ou buscam uma nova concessionária. O desfecho vai definir não apenas o preço da passagem, mas o futuro da mobilidade urbana em Anápolis.

## CRIME

## Márcio Corrêa anuncia exoneração de servidores que usaram atestados médicos falsos

O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), anunciou nesta quinta-feira (4) que servidores públicos flagrados utilizando atestados médicos falsos para justificar faltas ao trabalho serão exonerados e denunciados à polícia. A declaração foi feita em vídeo publicado nas redes sociais do gestor, que destacou a gravidade da prática. “Atestado médico é um direito legítimo do trabalhador e deve ser usado de forma correta. Na Prefeitura, identificamos

casos de falsificação de documentos. Isso não é apenas uma falta grave: é crime, e por isso a situação já está sendo encaminhada à Polícia”, escreveu Corrêa na postagem. O prefeito ainda frisou que a medida não é contra quem faz uso responsável desse recurso, mas sim contra a conduta de quem tenta enganar o poder público.

No vídeo, Corrêa explicou que a Prefeitura identificou um padrão de procura por atestados principalmente

nas segundas e terças-feiras, o que gerava sobrecarga nas unidades de saúde. Ele afirmou que o uso irregular desse instrumento desrespeita tanto o trabalhador honesto quanto a população que depende do atendimento médico.

Essa não foi a primeira ação do prefeito contra o uso indiscriminado de atestados. No fim de agosto, ele já havia anunciado a substituição do atestado médico integral pela declaração de comparecimento nas

Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), documento que registra o horário exato da consulta. Segundo Corrêa, a medida busca coibir abusos e assegurar que os atestados de dias inteiros sejam concedidos apenas em casos mais graves, a critério do médico.

A falsificação ou uso de atestado médico falso é crime previsto no artigo 302 do Código Penal, com pena que pode chegar a dois anos de detenção, além de multa. Já quem apresenta documen-

to falso em benefício próprio também pode responder por uso de documento falso, previsto no artigo 304 do Código Penal.

Com a decisão, Márcio Corrêa reforça a mensagem de tolerância zero com práticas fraudulentas na gestão pública: “É uma maneira de respeitar o trabalhador que precisa usar esse instrumento por razões legítimas. O que combatemos é a conduta errada de quem tenta enganar o poder público e a sociedade”, afirmou.

# ESCOLA

## COMPROMISSO

# “Educação é para todos”, afirma secretária de Anápolis ao falar sobre déficit de vagas e uso de livros do MEC

Paulo de Tarso/ Prefeitura de Anápolis



**Em 2024, 73,22% das crianças da rede municipal de Anápolis estavam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental**

Rede municipal investe em salas modulares, formação de professores e programas de alfabetização para ampliar o acesso e melhorar os índices de aprendizagem

### Dhayane Marques

A secretária municipal de Educação de Anápolis, Adriana Vilela Arantes, é professora de carreira desde 1988, com experiência na rede estadual, na Universidade Estadual de Goiás e em instituições particulares. Doutora em Educação e especialista em administração e supervisão escolar, Adriana afirma que sua trajetória é marcada pela formação de professores e pelo compromisso com políticas públicas. “Iniciei minha vida aos 18 anos como professora e estou até hoje trabalhando na educação”, diz.

Um dos principais desafios enfrentados pela gestão é o déficit de vagas na educação infantil. Segundo a secretária, quando assumiu o cargo, em janeiro, a lista de espera passava de seis mil crianças. A prioridade inicial foi atender o Infantil 4 e 5, faixa etária considerada essencial para a transição ao Ensino Fundamental. “Sabemos a

importância da pré-escola para a formação da criança. Por isso, ampliamos turmas em CMEIs de maior demanda e conseguimos atender mais de 500 crianças com novas salas de aula”, explica.

Apesar do esforço, o déficit ainda persiste. A prefeitura tem utilizado soluções como as salas modulares para acelerar a criação de novas vagas. “As salas podem ser transferidas conforme a necessidade. Hoje a demanda é maior em um bairro, amanhã pode ser em outro. Isso nos dá flexibilidade”, afirma Adriana. Segundo ela, além das salas já em funcionamento, há previsão de construção de novos CMEIs com recursos do governo federal.

Outro ponto levantado é o uso do material didático do Ministério da Educação (MEC). A secretária confirmou que a rede municipal adota os livros, mas ressaltou que há acompanhamento pedagógico. “Nós usamos o material do MEC, mas fazemos uma leitura pedagógica antes. Analisamos como os temas serão abordados, respeitando a realidade das nossas crianças e famílias. Os assuntos existem e precisam ser tratados”, diz.

Sobre alfabetização, Adriana reconhece que o município não alcançou a meta em 2024, mas destaca medidas em andamento. “Estamos trabalhando com formações periódicas de professores do 1º ao 3º ano, simulados a cada 15 dias e programas de leitura. Também criamos o Prepara Anápolis, com aulões e atividades complementares em português e matemática. Já estamos observando avanços”, adianta.

As metas para os próximos anos incluem ampliar vagas em creches e pré-escolas, melhorar índices de alfabetização e reforçar a infraestrutura escolar. “Queremos reduzir ao máximo a lista de espera, valorizar nossos professores e garantir acesso a recursos tecnológicos. Educação é para todos e esse é o norte da nossa gestão”, conclui a secretária. Sem previsão de concurso para 2025

Atualmente, Anápolis conta com mais de 470 cuidadores contratados. Segundo a secretária, a última seleção de professores foi realizada em 2019 e ainda está em vigor. “Não há previsão de concurso para este ano. A ideia é analisar a demanda e, a partir

daí, verificar a necessidade de novo edital em 2025”, explica Adriana. A Secretaria pretende chamar os últimos aprovados no cadastro reserva antes de definir novos processos.

A medida reforça a dependência de contratações temporárias para atender a rede municipal. Com a expansão das vagas em CMEIs e a abertura de novas salas, a expectativa é que a demanda por professores e cuidadores aumente nos próximos semestres.

### SALAS MODULARES AMPLIAM VAGAS EM CMEIS

Em abril, a Prefeitura anunciou que pretende criar cerca de 500 vagas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) por meio de salas modulares. A primeira unidade inaugurada foi no CMEI Maria Zenita, no Bairro de Lourdes. A estrutura pré-moldada conta com climatização, mobiliário e espaço adaptado para crianças da pré-escola.

A secretária Adriana afirma que o modelo deve se expandir para outras regiões. “As salas modulares representam uma resposta rápida à fila de espera.

São flexíveis e podem ser transferidas de acordo com a demanda. Já temos outras unidades em preparação”, diz. A iniciativa busca atender principalmente crianças do Infantil 4 e 5, consideradas prioridade para o processo de alfabetização.

### ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A Secretaria Municipal de Educação também atua na proteção de crianças em situação de vulnerabilidade. Por meio da rede de proteção, gestores, coordenadores e professores são capacitados para identificar casos de violência física, sexual ou bullying e realizar os encaminhamentos necessários ao Conselho Tutelar e ao Juizado da Infância e Juventude. “A escola é o espaço onde muitas vezes essas situações são percebidas primeiro, e trabalhamos em parceria com saúde e assistência social para garantir acolhimento e suporte às famílias”, explica a secretária Adriana Vilela Arantes.

### MERENDA ESCOLAR

O novo modelo de merenda escolar busca garantir alimentação completa e balanceada a todos os estudantes da rede municipal. O cardápio inclui café da manhã e almoço com frutas, verduras, legumes, feijão e proteínas variadas, servido em pratos que tornam a refeição mais atrativa. “A criança bem alimentada aprende melhor. Recebemos feedbacks positivos de alunos, professores e gestores, e o acompanhamento é feito diariamente para garantir qualidade e aceitação dos alimentos”, garante Adriana.

## Alfabetização em Anápolis não atinge meta estabelecida em 2024

A rede municipal de Anápolis registrou 73,22% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental em 2024, ficando apenas 0,21 ponto percentual abaixo da meta estipulada para o ano, de 73,43%, pelo Ministério da Educação (MEC). Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do Indicador Criança Alfabetizada, que avalia a capacidade

de leitura e escrita dos alunos na idade adequada.

Para a secretária municipal de Educação, Adriana Vilela Arantes, os números mostram avanços, mas reforçam a necessidade de continuidade nas ações pedagógicas. “Continuaremos a trabalhar de forma intensa para garantir que todas as crianças tenham pleno domínio da leitura e da escrita. Não existe cidadania plena sem alfabetização”, afirma. Ela destaca ainda que o

resultado reflete o empenho da rede, com programas de apoio à aprendizagem e formação continuada de professores. “Recebemos estes índices com alegria, mas sabemos que o trabalho precisa seguir. Estamos ajustando nossas estratégias, acompanhando cada unidade e cada criança para reduzir ao máximo as lacunas de aprendizagem”, acrescenta.

O desempenho de Anápolis fica acima da média nacional, mas abaixo do registrado em

Goiás, que superou a meta estadual de 68,9%, atingindo 72,74% de alunos alfabetizados. Segundo Adriana, a comparação com outras redes reforça a necessidade de planejamento contínuo: “Precisamos aprender com experiências bem-sucedidas e adaptar as estratégias à nossa realidade, sempre garantindo que o professor tenha suporte e os alunos recebam o acompanhamento necessário”.

No Brasil, o índice médio de alfabetização em 2024 ficou em

59,2%, ligeiramente abaixo da meta nacional de 60%. O Inep utiliza avaliações que incluem leitura de palavras, frases e pequenos textos, interpretação e produção textual, permitindo medir se o aluno alcançou os padrões de alfabetização esperados para a idade. “A alfabetização é a base de toda a educação. Cada ponto conquistado é fruto do trabalho de professores, gestores e famílias, e é isso que buscamos fortalecer todos os dias”, conclui a secretária.



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Clubes da capital perdem dinheiro jogando em seus estádios

O futebol goiano passou a se apeguar a partir do momento em que os principais times da capital deixaram de jogar no estádio Serra Dourada para ocupar seus próprios estádios, todos com capacidade inferior a 12 mil torcedores. O Estado de Goiás sempre foi respeitado no cenário do futebol nacional, com o Goiás, principalmente, se equiparando com os grandes times do Brasil, fazendo campanhas memoráveis, chegando a disputar títulos da Copa do Brasil e da Sul-Americana. No Serra Dourada fomos grandes, hoje o futebol goiano é de série B. Sempre fomos superiores tecnicamente ao futebol praticado em Estados como o Mato Grosso e Pará. Hoje estamos nivelados tecnicamente e inferiorizados em público presente nos jogos, porque os clubes desses dois Estados jogam em estádios com capacidade superior a 40 mil torcedores.

Embora na liderança do campeonato, o Goiás faz uma campanha de irregularidade. Oscila muito na competição, se fosse mais regular, poderia se considerar campeão da série B com antecedência. Basta lembrar as derrotas para Athletic e Botafogo de Ribeirão Preto na Serrinha, ambos posicionados entre os piores times da competição. Mas a oscilação do Goiás tem nome e motivo. A teimosia de Wagner Mancini em escalar o time com jogadores improvisados. Muito criticado na derrota para o Botafogo paulista, parece que resolveu mudar para o jogo de domingo à noite contra o Avaí em Florianópolis. Como líder do campeonato, o Goiás luta sempre o estádio Hailé Pinheiro, com 11 ou 12 mil espectadores. Público pequeno, pouco dinheiro nos cofres do Clube.

O Vila Nova repete os problemas de todos os anos. Realiza uma boa campanha na série B, vislumbra o acesso, mas chega na reta final da competição perde força e fica no caminho. O time ainda está no páreo, recebeu uma injeção de ânimo com a contratação do técnico Paulo Turra, que fez a torcida acreditar ainda na possibilidade de disputar uma vaga entre os times que estarão na série A em 2026. É difícil, mas ainda possível. Não basta a boa vontade do treinador. O Vila precisa mudar sua mentalidade. Se dá por satisfeito quando vence o Goiás. Daí pra frente o campeonato deixa de ser interessante. Ganhou do Goiás e daí? No final, o Goiás sobe e o Vila permanece na Série B. Mesmo com campanha inconsistente, o Vila tem sempre um grande público em seus jogos. Grande público entre aspas, pois no OBA, dificilmente comporta mais de 9 mil pagantes. No Serra Dourada a história seria outra.



O renascimento do futebol goiano passa pela volta ao Serra Dourada. Agora, antes do início das reformas. Depois do início das obras de revitalização do Serra Dourada, não haverá opção, Goiás, Vila e Atlético terão que jogar em seus estádios. Os dirigentes dos três Clubes se apegam a detalhes menores, como a utilização dos bares como fonte de receita, a pressão da torcida nos jogos em casa e deixam de analisar as vantagens de se jogar em um estádio reconhecido nacionalmente como um dos melhores do Brasil.



Divulgação

O Atlético vive uma das piores fases sob o comando de Adson Batista. Rebaixado para a série B no ano passado, o time não consegue se recuperar. Continua fazendo uma campanha apenas razoável na série B, com pequenas chances de voltar à elite do futebol brasileiro. O time contratou quatro técnicos durante a temporada, 41 jogadores passaram pelo Antônio Accioly, outro tanto foi dispensado, e a crise continua. Pelo menos nos últimos dois anos, o estádio do Atlético tem sido maior do que sua torcida, dificilmente supera quatro mil "testemunhas" nos jogos. Mas em anos anteriores, com o time vencedor montado por Adson Batista, o Antônio Accioly era pequeno. Com um time competitivo, a torcida do rubro-negro também é capaz de lotar o Serra dourada.



- ✓ **A torcida do Goiás está sem entender porque o venezuelano Esli Garcia não tem oportunidades no time titular do Goiás. Quando entra nos jogos, a partida já está nos minutos finais.**
- ✓ **Esli Garcia chegou como uma das grandes contratações do Goiás para a temporada de 2025. Sofreu uma contusão que o tirou dos campos por dois meses. Depois disso, ainda não jogou uma partida inteira com a camisa do time esmeraldino.**
- ✓ **Outro jogador que parece não ter mais a confiança do técnico Wagner Mancini é Danilo, jovem lateral esquerdo da equipe sub-20, que entrou bem no time titular em algumas oportunidades e depois desapareceu.**
- ✓ **Wagner Mancini preferiu improvisar WilleanLepo na lateral esquerda a dar oportunidade para Danilo, patrimônio do Goiás com um futuro promissor, se for bem trabalhado.**

- ✓ **O Goiatuba decide seu futuro na série D do campeonato brasileiro neste domingo em Limeira. No primeiro, empatou em casa com a Inter e agora quem vencer se classifica para a série C em 2026.**
- ✓ **O Mirassol, surpresa agradável no campeonato brasileiro da série A, tem em seu elenco técnico e jogadores que não serviram para o futebol goiano.**
- ✓ **Rafael Guanaes foi dispensado pelo Atlético Goianiense com pouco tempo de trabalho à frente do rubro-negro. É ídolo em Mirassol. Edson Carioca saiu do Goiás debaixo de vaias e foi para o time paulista, onde é um dos principais jogadores.**
- ✓ **Por último, o Mirassol contratou Shaylon, também muito criticado pela torcida atleticana. Além desses atletas, o time do interior de São Paulo ainda conta com Alesson, ex-Vila Nova e Goiás.**

## Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com

### Goiânia recebe espetáculo 'A Bela e a Fera – O Musical'

O clássico francês "A Bela e a Fera" ganha nova vida em Goiânia no dia 14 de setembro, às 16h, no Teatro Madre Esperança Garrido. Com elenco que atua, dança e canta ao vivo, o espetáculo traz a grandiosidade do teatro musical para contar a emocionante história de amor entre Bela e a Fera. A montagem já passou por mais de 50 cidades brasileiras, impactou mais de 250 mil pessoas e também conquistou plateias no Uruguai e na Argentina. Os ingressos estão disponíveis no site Ingresso Digital, a partir de R\$ 50 (meia-entrada).



Divulgação

### Goiânia recebe 1ª Mostra de Cinema Latino-Americano e Caribenho

De 4 a 10 de setembro, o Cine Cultura se transforma em janela para o mundo com a realização da 1ª Mostra de Cinema Latino-Americano e Caribenho. A programação gratuita reúne produções de países como México, Argentina, Haiti, Colômbia, Uruguai e República Dominicana, celebrando a diversidade cultural da região por meio de histórias que emocionam, provocam e aproximam. Realizada pelo GRULAC, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e o Gabinete de Assuntos Internacionais do Governo de Goiás, a mostra convida o público goiano a uma verdadeira viagem cinematográfica, explorando diferentes olhares, idiomas e sensibilidades sem sair da poltrona.

### Goiânia Crew Attack chega à 16ª edição com skate, música e arte

Entre os dias 4 e 7 de setembro, Goiânia recebe a 16ª edição do Goiânia Crew Attack (GCA), maior festival de skate do Centro-Oeste e um dos mais relevantes do país. Conhecido como o "Carnaval do Skate Brasileiro", o evento reúne competições, música, DJs e intervenções artísticas, além de nomes de peso como o ícone Christian Hosoi e o medalhista olímpico Pedro Barros. Nesta edição, as disputas acontecem nas categorias Open e LGBTQIAP+ Feminino, com R\$ 30 mil em premiações.

A programação multicultural traz ainda o muralista Robert Vargas em live painting, os goianos Irmãos Credo, além de shows e sets de artistas como Felipe Cordeiro, Jam Go Dub, Salma Jô e coletivos locais. Promovido pela Vans, o GCA também busca deixar legado à cidade com a construção de novos obstáculos permanentes para a prática do skate em Goiânia.

### Oficinas de circo gratuitas celebram 15 anos da Cia Corpo na Contramão

A Cia Corpo na Contramão comemora os 15 anos do Esparta Arte e Cultura, em Goiânia, com o projeto "Esparta e Companhia", que oferece oficinas, saraus e espetáculos gratuitos até junho de 2026. Entre as atividades, destaque para a oficina de circo para adultos iniciantes, em setembro e outubro, e para a oficina de acrobacia aérea, em novembro.

A programação ainda traz o espetáculo "Sem Asas", em 17 de outubro, criado especialmente para pessoas surdas, e os tradicionais Saraus na Lua, nos dias 27 de setembro e 29 de novembro. O projeto foi contemplado pelo edital Aldir Blanc da Secult Goiás e reforça o caráter acessível e inclusivo da companhia.

#### Serviço:

- ✓ Oficina de Circo (set/out) — terças e quintas, 19h
  - ✓ Espetáculo Sem Asas — 17/10, às 20h
  - ✓ Saraus na Lua — 27/09 e 29/11, às 20h
  - ✓ Oficina de Acrobacia Aérea — quartas de novembro, 19h às 21h
- Local: Esparta Arte e Cultura — Rua da Asteria, Quadra 82, Lote 21, Casa 1, Goiânia



Mayara Varalho